

O segundo ponto é que eu quero começar a falar sobre o projeto. Gil, te respondendo aqui, você estava bastante exaltado sobre a gente estar contra um requerimento de urgência de um projeto de deputado. O problema é exatamente esse na nossa visão. Não é discutir o mérito, é discutir, sim, a urgência para um projeto tão sensível e polêmico, que impacta tão diretamente a vida das mulheres. E a gente não pode ter a discussão profunda que ele poderia ter.

Eu já disse várias vezes aqui que eu entendo que a deputada Janaina também quer o melhor para as mulheres e que a gente pode ter um projeto que seja adequado para todo mundo, só que, com o requerimento de urgência, congressos de comissões, isso não é possível.

Então, minha fala aqui é, sim, contra o requerimento de urgência, porque eu não quero fazer uma discussão tão importante, tão vital na vida das mulheres, na vida dos bebês deste estado, de uma forma corrida.

Então, acho super coerente. A minha fala aqui é contra o regime de urgência. Não é a questão das seis horas de discussão, é a questão do congresso de comissões, porque não tramita em um congresso de comissões do jeito que deveria tramitar, um por um. A gente faz um congresso que não sabe como vai ser. Por isso é tão importante, para dar tempo de a gente pedir audiência pública, de discutir com profundidade.

Ser contra um requerimento de urgência é ser a favor de uma boa discussão, que é pelo que esta Casa deveria prezar. A boa discussão, a discussão profunda que envolva as pessoas.

E quero, aqui, celebrar todas as mães aqui presentes, preocupadas com o direito, que estão aqui para isso, poderem participar também. É isso que a gente é contra. É contra um requerimento de urgência de um tema que não está claro, que aqui mesmo já se provou muito, muito divergente.

Quero responder também ao deputado Ed Thomas, que estava aqui até agora e saiu, que fez uma fala muito importante aqui sobre a importância de aprender na escuta. Eu fiquei muito orgulhosa de ver, ontem, esta Casa se movimentando e de ver as mulheres falando deste tema.

Eu escutei, de mais de um deputado homem, de vários partidos, ”eu não entendo nada desse tema, não sei por que vocês estão discutindo”. Isso prova a importância das mulheres na política. A gente discute os temas que falam diretamente sobre a nossa vida. A gente se importa com isso como uma questão prioritária. A gente não discute isso como se fosse uma questão paralela, a gente não acha que isso é uma coisa qualquer, que vai passar. A gente entende que as mulheres precisam ser prioridade também na discussão de políticas públicas.

E a gente está aqui, com ideologias diferentes, pensamentos diferentes, articulando.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - A senhora me permite um aparte, deputada Marina?

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Com todo prazer.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputada Marina, esse debate é tão importante que, ontem - eu fui o segundo a debater o tema -, tinha umas moças ali em cima e eu não sabia se elas estavam a favor ou contra o projeto. E elas faziam assim...

Eu não sabia, na hora do debate você está concentrado em outra coisa. Para mim, eu não sabia se elas estavam me vaiando, se estavam me apoiando ou se estavam me aplaudindo. E tinha umas que davam tchauzinho, não é? Então, elas estavam me aplaudindo em libras. Então, eu queria falar isso. Registrei um pedido de desculpas a elas ontem.

Mas para dizer sobre o início da sua fala, eu fui o segundo deputado a debater esse tema, com base e com visão na saúde pública. Nós temos um problema de saúde pública, seja na questão dos partos normais, seja no parto cesariano. Minhas duas filhas nasceram em hospital público com parto cesariano. A mãe queria ter de maneira natural, mas ela tinha um problema, então a opção foi feita a três mãos, o médico, a parteira, ela aceitando e eu acompanhando. É um debate em que nós não podemos tirar a liberdade das mulheres de debater esse tema.

Mais uma coisa, qualquer debate sobre o tema “mulher”, sobre a saúde da mulher, sobre o corpo da mulher, as mulheres têm total liberdade e autonomia para debater isso e terão sempre o meu apoio.

O projeto ter vindo para cá para ser discutida a urgência não tem problema. Nós estamos cumprindo a rigor o que foi combinado no Colégio de Líderes, que, ao vir para cá, não significaria que seria aprovado, que poderia ter obstrução.

O projeto é polêmico na minha bancada, deputada Janaina. Ela não está presente aqui. Ah, está aqui. Então eu vou debater com a minha bancada, na terça-feira, com a minha bancada do PT, o projeto, para ver se a gente consegue evoluir. Hoje eu estou obstruindo, porque a liderança é para isso, você recebe uma missão e o líder da bancada - a senhora é vice-líder - tem que cumprir. Então hoje eu estou obstruindo o projeto em função disso. Terça-feira eu vou discutir com a bancada...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barba, preservado o tempo da oradora na tribuna, a V. Exa. eu falo a mesma coisa. Vossa Excelência já é um deputado experiente, conhece o Regimento da Casa. Os apartes são de até um minuto, com a tolerância de que V. Exa. possa pedir outro aparte para a oradora na tribuna.

A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PHS - Eu peço a prorrogação da sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Em votação. Os favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para pedir a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. A partir deste momento estamos fazendo soar o sinal intermitente por quatro minutos para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que não se encontrem em plenário tomem conhecimento da verificação de votação que se realizará.

A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PHS - Eu quero retirar o pedido de prorrogação da sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental. Está retirado o pedido de prorrogação.

Devolvo a palavra à oradora na tribuna.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Voltando ao que eu estava falando, respondi já sobre o requerimento de urgência, mas quero falar sobre o projeto. O projeto, como eu já disse várias vezes, reconheço que seja, sim, para tentar melhorar a vida das mulheres, de uma forma que eu não concordo, por entender que o projeto incentiva a maioria de cesáreas.

Mas eu acho que a gente tem uma oportunidade de talvez melhorar um projeto de lei muito bom, que já está em vigor, que é o projeto de lei do deputado Bezerra, que já está em vigor. A gente poderia, sim, fazer uma melhoria no projeto para atender, talvez, uma especificidade de escolha da mulher, que é importante - eu valorizo a escolha da mulher sempre -, mas de uma forma que seja adequada à segurança dela, adequada à realidade médica e que a gente possa fazer isso a partir de um projeto muito bom que já exista.

Por que para mim é importante fazer melhorias em um projeto que já existe a criar um novo? Não tenho nenhum problema com nenhum dos dois, nenhum apego a esse projeto específico, mas, eu, como administradora pública, entendo o problema de ter muitos projetos e a confusão que legislações - que falam sobre o mesmo tema - diferentes causam à população.

Por isso, várias vezes as Casas Legislativas buscam consolidar a legislação para melhorar o entendimento e o acesso pedagógico da população. Se a gente tem dois projetos versando sobre um tema, muitas vezes acontece de as pessoas usarem isso como mecanismo. “Meu projeto é esse”, “não é esse que está valendo” e assim a gente perde a qualidade do debate, a qualidade do projeto e a qualidade do atendimento.

É um projeto de lei bom que está aí e que a gente pode melhorar. É muito melhor do que a gente criar um novo projeto de lei que incentiva cesáreas num país como o Brasil, em que a maioria dos partos é feita por cesárea, diferente do que alguns deputados colocaram aqui na tribuna. Que é uma escolha; que é uma ditadura do parto normal, como eu ouvi. Não é isso que acontece no Brasil.

E por que isso é importante? Porque a gente está falando de todo um complexo de escolhas, um complexo de possibilidades, de atendimento a que a mulher tem direito e que hoje está sendo negado. De entender, realmente, o que é um parto natural; entender o que é uma cesárea; quais são os impactos, qual a importância da conexão com o seu filho, qual a importância daquele momento, quais direitos ela já tem. Por exemplo, o direito a um acompanhante. A deputada Monica falou, aqui, que lhe foi negado um dos direitos mais caros, nesse momento, que é o direito ao acompanhante, direito à escolha, à analgesia.

Realmente, empoderar a mulher nessa escolha. E não é um projeto de lei falando, com um placa, que ela pode fazer cesárea que vai trazer isso. Porque, de verdade, isso não vai mudar um fio de cabelo na vida das mulheres do SUS, que já não têm escolha, não por conta desse projeto de lei. Não têm escolha por conta de um sucateamento do SUS. Não têm escolha porque o SUS não tem médicos suficientes, não tem adequação suficiente. E o SUS é muito importante; é maravilhoso. O SUS é uma das melhores políticas públicas desse país, que a gente tem que, sim, valorizar e melhorar.

É essa a discussão que tem que ser feita: como a gente garante que as coisas que já existem aconteçam no SUS; que um parto humanizado, um parto normal possa acontecer de uma foram adequada. É sobre isso que a gente está falando. O que vai acontecer com esse projeto? Ele vai transformar a vida da saúde suplementar; então, as mulheres que estão com seguro de saúde, mesmo que seja um seguro de saúde simples, vão ser mais ainda induzidas a ter parto cesárea, tirando o real poder de escolha. Porque elas não têm as informações necessárias.

E, aqui, eu quero contar a minha história pessoal: eu tive um filho num dos melhores hospitais desse país, que nasceu prematuro, de 35 semanas. Nasceu de parto normal, porque eu estava muito informada sobre isso. Fiz questão de garantir; e deu tudo certo. Mas nos dias subsequentes, ele apresentou icterícia. E o hospital me disse que ele deveria, então, ficar na UTI. É o momento mais delicado que a gente tem na vida quando alguém diz que o seu filho, que acabou de nascer, tem que ficar na UTI.

Eu não tinha nenhum preparo emocional para dizer que não, que na verdade o ambiente hospitalar era o maior risco que aquele bebê poderia correr naquele momento. Que ele era um bebê que estava bem e que poderia ser tratado em casa. Que o risco de ficar na UTI, do lado de um bebê que estava com uma infecção grave, tomando antibióticos há 20 dias, era muito maior. Essa vulnerabilidade que a mãe sofre nesse momento é muito injusta e muito cruel. A gente não dá informação, e o preparo e um pré-natal adequado, que seguem de parto e um acolhimento adequado. Trabalha com o medo - e é isso que acontece - da mulher.

Porque ninguém quer o mal do seu filho. Nenhuma mulher que ouve de um médico falando “o seu filho está em risco nesse momento” vai falar “não”. O que ela tem que ter é um pré-natal adequado, as informações, para ela poder tomar as escolhas dela, reais, concretas, a partir de informações, e não a partir do medo, que é o que acontece. Isso só vai piorar a vida das mulheres que não têm opção, que seguem com médicos e planos de saúde que ganham mais dinheiro com as cesáreas e aumentam ainda mais o lucro dos planos de saúde ao receberem, produzirem cesáreas, de acordo com os médicos.

Por que a sua filha, Carlão, é contra? Porque ela sabe disso, e ela sabe que o melhor para a mulher é a opção do parto natural. É óbvio que no momento em que a opção é dela, ela pode fazer escolha, mas não é o que acontece hoje. É verdade que são mulheres pobres, as mulheres negras, as mulheres que são atendidas pelo SUS não têm escolha. Mas também é verdade que as mulheres que não têm um bom pré-natal, que não têm informação também não têm escolha. E é disso que a gente está falando aqui, da escolha da mulher, mas da escolha adequada, da escolha a partir da informação, e não da escolha a partir do medo, não da escolha a partir de qualquer informação que vem de qualquer pessoa, não da escolha que não é dela.

Mais do que isso, eu só queria celebrar, mais uma vez, a importância de a gente ter mulheres discutindo esse tema. A gente poderia ter passado esse projeto como se fosse mais um projeto qualquer do estado, sem nenhuma importância. Vários deputados vieram falar: “não estou entendendo qual é o problema”, porque não entendem como isso afeta a nós, diretamente. Então, é fundamental que a gente pegue esta oportunidade para entender que sim, lugar de mulher é na política; sim, a gente tem que ocupar este espaço; sim, a gente tem que ocupar todos os espaço de poder, para discutir, para ter profundidade, e para falar disso, que é o que realmente a gente quer falar...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputada Marina, eu vou pedir, preservando o tempo de V. Exa., só para fazer um aditamento na sessão extraordinária que eu estou convocando, do requerimento de urgência do Projeto de lei nº 435, de 2019.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Então, eu posso traduzir, Cauê, o que você acabou de dizer, e você me corrige, porque, como você sabe, eu também estou aprendendo.

O que você quis dizer é que, a partir de agora, na sessão extraordinária, a gente vai continuar discutindo o requerimento de urgência do projeto 435? Para todo mundo poder entender.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Exatamente. Vossa Excelência vai concluir a sua fala.

Esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o encerramento da presente sessão.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

6 DE JUNHO DE 2019

21ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
<p>Presidência: CAUÊ MACRIS</p>
<p>RESUMO</p>
<p>1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS</p> <p>Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 639/03. Coloca em votação requerimento de preferência ao PL 741/13, em anexo. Suspende a sessão por um minuto, por conveniência da ordem, às 19h11min, reabrindo-a às 19h11min. Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de preferência ao PL 741/13.</p>

2 - ROQUE BARBIERE

Solicita verificação de votação.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

4 - ROQUE BARBIERE

Retira o pedido de verificação de votação.

5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 741/13.

6 - ROQUE BARBIERE

Solicita verificação de votação.

7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

8 - TEONILIO BARBA LULA

Declara obstrução do PT ao processo de votação.

9 - ROQUE BARBIERE

Declara obstrução do PTB ao processo de votação.

10 - GIL DINIZ

Declara obstrução do PSL ao processo de votação.

11 - LECI BRANDÃO

Declara obstrução do PCdoB ao processo de votação.

12 - ALTAIR MORAES

Declara obstrução do PRB ao processo de votação.

13 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Declara obstrução do PSOL ao processo de votação.

14 - VINÍCIUS CAMARINHA

Pede o apoio dos parlamentares ao PL 741/13, de autoria do deputado Rafael Silva.

15 - VINÍCIUS CAMARINHA

Declara obstrução do PSB ao processo de votação.

16 - MARCIO DA FARMÁCIA

Declara obstrução do PODE ao processo de votação.

17 - ALEX DE MADUREIRA

Declara obstrução do PSD ao processo de votação.

18 - CARLÃO PIGNATARI

Declara obstrução do PSDB ao processo de votação.

19 - THIAGO AURICCHIO

Declara obstrução do PL ao processo de votação.

20 - FERNANDO CURY

Declara obstrução do PPS ao processo de votação.

21 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que não atinge quórum regimental, ficando adiada a votação do PL 741/13. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1113/15.

22 - ROQUE BARBIERE

Solicita verificação de votação.

23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

24 - JANAINA PASCHOAL

Lamenta que o PL 741/13 não tenha alcançado quórum suficiente para aprovação. Crítica os deputados que não participaram do processo de votação.

25 - TEONILIO BARBA LULA

Declara obstrução do PT ao processo de votação.

26 - ROQUE BARBIERE

Declara obstrução do PTB ao processo de votação.

27 - GIL DINIZ

Declara obstrução do PSL ao processo de votação.

28 - THIAGO AURICCHIO

Declara obstrução do PL ao processo de votação.

29 - ALEX DE MADUREIRA

Declara obstrução do PSD ao processo de votação.

30 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Declara obstrução do PRB ao processo de votação.

31 - FERNANDO CURY

Declara obstrução do PPS ao processo de votação.

32 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Declara obstrução do PSOL ao processo de votação.

33 - CARLA MORANDO

Declara obstrução do PSDB ao processo de votação.

34 - BRUNO GANEM

Declara obstrução do PODE ao processo de votação.

35 - VINÍCIUS CAMARINHA

Declara obstrução do PSB ao processo de votação.

36 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que não atinge quórum regimental, ficando adiada a votação do PL 1113/15. Coloca em discussão o PL 965/16.

37 - MARCIO DA FARMÁCIA

Para questão de ordem, afirma que alguns votos não foram devidamente computados durante o processo de verificação de votação do PL 1113/15.

38 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Suspende a sessão por dois minutos, por conveniência da ordem, às 19h34min, reabrindo-a às 19h35min. Esclarece que os votos foram registrados corretamente, tendo apenas ocorrido um problema com o painel eletrônico do plenário.

39 - VINÍCIUS CAMARINHA

Para questão de ordem, indaga se foi registrada a obstrução do PSB durante o processo de votação do PL 1113/15.

40 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Confirma que foi registrada a obstrução do PSB à votação do PL 1113/15.

41 - ROQUE BARBIERE

Discute o PL 965/16 (apartado pelos deputados Rafael Silva e Edna Macedo).

42 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 965/16, salvo emenda.

43 - ROQUE BARBIERE

Solicita verificação de votação.

44 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

45 - VINÍCIUS CAMARINHA

Para comunicação, explica o processo pelo qual alguns projetos de deputados foram indicados para deliberação em plenário. Ressalta que todas as lideranças participaram das discussões.

46 - SERGIO VICTOR

Declara obstrução do NOVO ao processo de votação.

47 - TEONILIO BARBA LULA

Declara obstrução do PT ao processo de votação.

48 - MARCIO DA FARMÁCIA

Declara obstrução do PODE ao processo de votação.

49 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Declara obstrução do PRB ao processo de votação.

50 - CARLA MORANDO

Declara obstrução do PSDB ao processo de votação.

51 - GIL DINIZ

Declara obstrução do PSL ao processo de votação.

52 - THIAGO AURICCHIO

Declara obstrução do PL ao processo de votação.

53 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Declara obstrução do PSOL ao processo de votação.

54 - ALEX DE MADUREIRA

Declara obstrução do PSD ao processo de votação.

55 - ROQUE BARBIERE

Declara obstrução do PTB ao processo de votação.

56 - VINÍCIUS CAMARINHA

Declara obstrução do PSB ao processo de votação.

57 - FERNANDO CURY

Declara obstrução do PPS ao processo de votação.

58 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que não alcança quórum regimental, ficando adiada a votação do PL 965/16. Encerra a discussão do requerimento de urgência ao PL 435/19.

59 - WELLINGTON MOURA

Para comunicação, lamenta que os projetos de deputados que foram deliberados nesta sessão não tenham sido aprovados. Crítica o posicionamento do NOVO durante as votações.

60 - DANIEL JOSÉ

Para comunicação, justifica a postura do NOVO na presente sessão. Ressalta que o partido participou do processo de votação, contribuindo para o quórum.

61 - GIL DINIZ

Para comunicação, concorda com o pronunciamento do deputado Daniel José. Argumenta que os deputados têm a obrigação de estar presentes durante as sessões deliberativas.

62 - CARLÃO PIGNATARI

Para comunicação, endossa a fala do deputado Gil Diniz quanto à necessidade da presença de deputados em plenário. Elogia o deputado Vinícius Camarinha pelo seu trabalho.

63 - RODRIGO GAMBALE

Para comunicação, defende o PL 741/13, de autoria do deputado Rafael Silva. Considera negativo que não tenha havido quórum para aprovar projetos relacionados à inclusão social.

64 - ARTHUR DO VAL

Para comunicação, informa que esteve presente durante as votações.

65 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Tece considerações sobre a presente sessão. Avalia que o trabalho do deputado Vinícius Camarinha promoveu um avanço na maneira como são discutidos e votados projetos de parlamentares nesta Casa. Explica seu posicionamento quanto à pauta de proposturas nas sessões deliberativas. Indefere o pedido de levantamento do deputado Teonilio Barba Lula, por discordância do deputado Roque Barbiere. Coloca em votação o requerimento de urgência ao PL 435/19.

66 - VINÍCIUS CAMARINHA

Para comunicação, agradece aos deputados pela participação no trabalho de organizar os projetos de deputados para deliberação em plenário.

67 - TEONILIO BARBA LULA

Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PL 435/19, em nome do PT.

68 - CARLÃO PIGNATARI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

69 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido e levanta a sessão.
